

Identities

Revista Crítica de Ciências Sociais
N.º 48
Junho 1997

A proposta de publicação deste número temático sobre Identidades surgiu, por iniciativa de Graça Capinha, logo após a apresentação de uma mesa-redonda, intitulada Globalização, Estado e Embates de Identidade, que organizei, em conjunto com Mary Garcia Castro, para a I Conferência Internacional sobre Identidade Étnica e Relações Raciais na América Latina e Caribe / Reunião Bienal da Associação Brasileira de Antropologia, realizada na cidade de Salvador, Bahia, em Abril de 1996. Visávamos então, a partir de nossa localização no Brasil, estimular debates transdisciplinares e transnacionais sobre as relações existentes entre processos de reestruturação do capitalismo global, re-invenções de nação (com ênfase no poder de negociação do Estado-nação) e reconfigurações de identidade entre populações diaspóricas. Com esse intuito, reunimos interlocutores do Brasil, de Portugal e dos Estados Unidos, cujas pesquisas sobre migrações internacionais e/ou raça, realizadas seja entre o Brasil e os Estados Unidos, o Haiti e os Estados Unidos, ou entre o Brasil e Portugal, pudessem proporcionar subsídios comparativos para se examinar criticamente: as (re)imaginações de nação numa conjuntura marcada por

redefinições do papel dos Estados-nação; a emergência de novas políticas nacionais de exclusão ou inclusão de populações desterritorializadas; e as negociações, contradições, conflitos e embates de identidade (nacional, racial, étnica, de gênero e de classe) em situações de transnacionalidade.

Além de essas questões refletirem nossas próprias preocupações de pesquisa, partimos da premissa de que o estudo comparativo de populações em diáspora proporciona um foco privilegiado para se expor os paradoxos, as contradições e os limites da política de identidade, enquanto cenários de luta para impor, manter, resistir ou contestar a perpetuação ou reconfiguração de múltiplas estruturas de dominação, na atual conjuntura da história do capitalismo. Enfatizamos a necessidade de levar em conta os contextos históricos particulares e as localizações específicas dos Estados nacionais na hierarquia do sistema econômico mundial. A partir dessas perspectivas, contrapomo-nos aos enfoques prevaletentes nos assim chamados estudos «pós-modernos» ou «pós-coloniais» que, fundamentando-se tão somente na análise da dimensão cultural do momento contemporâneo e nos crescentes fluxos transnacionais de idéias, signos e populações, tendem a apregoar o «fim do Estado-nação» e a emergência de uma «era pós-nacional». Quatro dos artigos aqui reunidos, os de Nina Glick Schiller e Georges Fouron, Angela Gilliam, Graça Capinha e Mary Garcia Castro, refletem essas interlocuções e questionamentos. As perspectivas e premissas dessa mesa-redonda cruzam-se, complementam-se e dialogam com os paradigmas teóricos de Boaventura de Sousa Santos que, por sua vez, focaliza a política (transnacional) de direitos humanos como chave para compreender as tensões dialéticas da modernidade ocidental. Independentemente de variações nos enfoques adotados, os autores dos ensaios aqui reunidos propõem-se o desafio teórico-metodológico de examinar criticamente a produção contemporânea de políticas culturais e das identidades enquanto política, no contexto das (múltiplas) intersecções entre processos de reestruturação do capitalismo global e reconfigurações da cultura e da política. Com esse intuito, valem-se de olhares comparativos e de perspectivas processuais para

discernir as tensões dialéticas que perpassam os processos de intensificação das conexões globais e de simultânea produção (ou perpetuação) de práticas distintas e identidades diferenciadas, com ênfase em suas imbricações com a transformação (ou perpetuação) das estruturas de poder. Buscam, assim, expor e justapor as reconfigurações das formas (e linguagens) de dominação e as reconfigurações das formas (e linguagens) de resistência ou contestação em contextos diversos, a partir de parâmetros delimitados pela presente fase da história do capitalismo — uma fase que se caracteriza pela flexibilização da produção em ritmos e extensões sem precedentes, pela intensificação de movimentos transnacionais de capitais, signos e populações que aparentam dissolver fronteiras, por políticas nacionais que se subordinam cada vez mais aos ditames dos mercados financeiros globais e pela exacerbação da exploração econômica e da exclusão social. Desse posicionamento crítico, focalizam temáticas da atualidade: políticas (culturais) de direitos humanos, de raça e nação; a emergência de Estados-nação transnacionais e de racismos culturais; e os múltiplos significados e implicações dos jogos de identidade, des-identidades e não-identidades entre (também múltiplas) fronteiras culturais — de gênero, geração, classe, raça e nação. Diferentemente das análises que tendem a legitimar ideologias hegemônicas, procuram examinar os significados, as implicações e os limites da política identitária, incluindo resistências e contestações às diferentes formas de dominação e, quando possível, apontar alternativas contra-hegemônicas (mesmo que utópicas) à emancipação social na atualidade.

As reflexões teóricas e o compromisso social de Boaventura de Sousa Santos, em «Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos», refletem as perspectivas críticas que perpassam o conjunto de ensaios aqui reunidos. Diante da constatação de que, com a falência do socialismo e da linguagem da revolução, a esquerda apropriou-se dos direitos humanos para reinventar a linguagem da emancipação, propõe-se o desafio de identificar analiticamente as condições através das quais os direitos humanos podem ser colocados ao serviço de uma política progressista. Ao examinar as

tensões que informam a crise da modernidade ocidental, discerne os atuais limites da política de direitos humanos, especialmente no que concerne à prevalência das dimensões nacionais da regulação e da emancipação social e à existência de pressupostos culturais diferenciados. Sugere que, se a globalização é uma retórica da dominação, os direitos humanos têm que ser reconceptualizados como multiculturais para operar como uma política contra-hegemônica, de âmbito global e legitimidade local. Na formulação dessa conceptualização analítica, que valoriza as contribuições potenciais de diferentes lógicas culturais para além da ocidental, fundamenta-se em experiências de ONGs que desenvolvem discursos e práticas contra-hegemônicas baseadas em concepções não-ocidentais de direitos humanos, para propor uma hermenêutica diatópica e diálogos interculturais sobre a dignidade humana, como forma de ampliar a restrita visão ocidental de direitos humanos e, portanto, seu potencial emancipatório. Em «'Laços de Sangue': Os fundamentos raciais do estado-nação transnacional», Nina Glick Schiller e George Fouron focalizam a ligação entre raça e nação para examinar os modos através dos quais, no atual contexto da globalização econômica, líderes de países (periféricos ou semiperiféricos) que exportam emigrantes, juntamente com lideranças transmigrantes, estão a formular um novo tipo de Estado-nação transnacional, que se fundamenta em descendência comum e linhas de sangue, ao invés de uma língua comum, história política, cultura ou um território compartilhado. Com base nesse novo tipo de Estado-nação, sugerem que o nacionalismo constitui uma forma de identidade racial. A partir de estudo de caso sobre o Haiti, uma nação periférica que se define como negra e está dependente dos Estados Unidos, para onde também emigram os maiores contingentes de emigrantes haitianos, discernem as bases transnacionais e as implicações desses nacionalismos racializados. Indicam que a construção de uma identidade haitiana racializada (e essencializada) legitima as estratégias transnacionais das redes de parentesco dos imigrantes e proporciona a preservação da auto-estima individual e coletiva perante a racialização e a estigmatização dos imigrantes haitianos nos Estados Unidos. Mas, questionam essa identidade racializada e

diferenciada como forma de resistência, principalmente no contexto americano, onde imigrantes haitianos acabam por participar de sua própria racialização e por se afastar dos afro-americanos. De seu posicionamento crítico, sugerem a necessidade de se pensar para além da identificação com o destino nacional.

Em «Globalização, identidade e os ataques à igualdade nos Estados Unidos: Esboço de uma perspectiva para o Brasil», Angela Gilliam focaliza as atuais disputas em torno do princípio de igualdade de direitos e de cidadania plena, a partir de uma análise comparativa sobre as reconfigurações da política (cultural) da raça, no cenário norte-americano e brasileiro. Ao centralizar sua análise no cenário norte-americano, discerne os significados das reelaborações (aparentemente paradoxais) de retóricas de «diferença racial» e de «neutralidade racial» nos embates para impor ou contestar as reformulações dos programas de ação afirmativa — historicamente uma conquista das lutas dos movimentos civis da década de 1960. Sua análise revela os meandros da dominação e da exclusão econômica, a partir dos modos através quais, na atual conjuntura de globalização econômica, a direita norte-americana reelaborou a retórica do «daltonismo cultural» — que era a principal linguagem do movimento de direitos civis da década de 1960 contra o racismo — para neutralizar a questão racial, impor políticas de privatização e dismantelar reformas sociais nos Estados Unidos, especialmente o programa de *affirmative action*, bem como suas interligações com a re-segregação do mercado de trabalho e da educação, a criminalização da pobreza e a política de encarceramento. Desvenda também a apropriação e reelaboração por parte de militantes afro-americanos da classificação bi-polar de raça (i.e. ou se é branco ou se é negro), de conceito de dominação e exclusão social a um conceito de inclusão, como forma de manter a diferença racial e reafirmar seus direitos. Comparativamente no Brasil, ao mesmo tempo em que debates sobre categorias raciais múltiplas e bi-polares estão na ordem do dia, a ação afirmativa surge como extensão de políticas governamentais que promovem políticas de privatização e ajuste estrutural. Embora também conte com o apoio de segmentos da população afro-brasileira, tende a ser vista, na semiperiferia, como um componente estrangeiro ligado

ao neo-liberalismo, sendo confundida com o programa de quotas.

Por sua vez, Graça Capinha, em «Ficções credíveis no campo da(s) identidades(s): A poesia dos emigrantes portugueses no Brasil», examina, a partir de um conjunto de poemas escritos por imigrantes portugueses no Brasil, as ambiguidades, contradições e negociações que perpassam o processo contínuo de configuração e reconfiguração identitária entre indiferenciadas fronteiras culturais. Na análise das ambiguidades dos jogos identitários que emergem nos poemas — seja entre «o mesmo» e o «outro», entre dominante e dominado, entre colonizador e colonizado, entre inclusão e exclusão — leva em conta a dupla história de colonização e imigração portuguesa no Brasil, as localizações semiperiféricas de Portugal e do Brasil na hierarquia do sistema mundial, a similaridade da língua e as retóricas dominantes que enfatizam a «irmandade» luso-brasileira. Se o estudo do caso haitiano salienta a ligação entre raça e nação na construção de Estados-nações transnacionais, a política da língua e da irmandade luso-brasileira (que também expressa descendência fictícia) constituem instrumentos de neutralização da diferença. Mas, como demonstra, a língua e o sotaque funcionam também como resistência e diferenciação. Com base nessa análise, conclui que a identidade portuguesa coloca-se no espaço de um jogo ambíguo em que a Língua e a retórica da irmandade luso-brasileira assumem um papel fundamental na difícil definição do lugar da subalternidade numa situação pós-colonial diferenciada pela história específica do colonialismo português.

Em «Trans-Identities no local globalizado. Não-Identities, margens e fronteiras: vozes de mulheres latinas nos EE.UU.», Mary Garcia Castro, entre vários cenários, centraliza a sua análise nos textos de mulheres latinas nos Estados Unidos — escritoras e militantes, sindicalistas, como as Mexicanas-Americanas — — Las Chicanas — e sobretudo as Porto-riquenhas em New York — Las Newyoricans — muitas das quais negras e/ou homossexuais. Interessa-lhe o debate sobre o poder no contexto da relação entre transnacionalidade e subalternidade, as experiências transnacionais em localizações de subalternidade, principalmente através da análise dos textos de escritoras latinas — por ser uma

literatura que lida com múltiplas subalternidades (de nação, classe, de raça, de gênero e opção sexual), que inclui o erótico e que se apoia em histórias de resistências coletivas que se sucederam ao Movimento de Direitos Civis dos anos 60. Uma literatura que é marcada por processos de não-identidades e des-identidades, em desafio às múltiplas opressões e discriminação, configurações fluidas que transitam entre múltiplas fronteiras e margens, «buscando ir além das fronteiras identitárias sem as diluir». E é a partir dessas vozes subalternizadas, contestatárias, até agora não tragadas pelo mercado, que interliga outros cenários, para distinguir *Razas* (movimento de mulheres latinas em protesto) de Raça. *A Revista do Negro Brasileiro* (uma nova revista dirigida ao consumo), bem como diferentes feminismos. Tal como Boaventura de Sousa Santos, Mary Garcia Castro está interessada em encontrar espaços emancipatórios, deixados vazios pela falência do socialismo, práticas de resistência e alternativas no seio da globalização.

Bela Feldman-Bianco